



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH VI  
COLEGIADO DE LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

LUANE LEANDRA SOUSA NOVAIS

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO NA MÍDIA DIGITAL  
BRASILEIRA**

CAETITÉ - BA

2022

LUANE LEANDRA SOUSA NOVAIS

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO NA MÍDIA DIGITAL  
BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, campus VI, da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientador: Prof. Me. Victor Pereira Sousa.

CAETITÉ - BA

2022

LUANE LEANDRA SOUSA NOVAIS

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO NA MÍDIA DIGITAL  
BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, campus VI, da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

Aprovação em: \_\_\_\_ de agosto de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Victor Pereira Sousa (UNEB)  
Orientador

---

Profa. Dra. Sidnay Fernandes dos Santos (UNEB)

---

Profa. Ma. Talita Souza Figueredo (UESB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida que ele me concedeu.

Agradeço imensamente aos meus pais por todos os esforços investidos em minha educação e por terem acreditado em mim. Painho e Mainha (Silvano Aguiar Novais e Naide de Oliveira Sousa Novais), sem vocês nada disso seria possível, sou eternamente grata pela vida, apoio e por tudo. Amo vocês com todas as minhas forças.

Agradeço aos meus irmãos (Natan Gabriel Sousa Novais, Jeovane Vinicíus Sousa Novais e Mateus Sousa Novais) por todo carinho, confiança, apoio e incentivo. Vocês são os melhores irmãos do mundo! Amo-os imensamente.

Sou grata aos meus avós: Anair Maria de Oliveira Sousa, Gerson Francisco Sousa, Antonito Aguiar Novais e Maria Aguiar Novais. Vocês são pessoas mais que importantes para mim, meus tesouros!

Agradeço aos meus tios e tias, em especial, Valdemilton Aguiar Novais e Jonilson Aguiar Novais, por sempre estarem presente em minha vida e me ajudarem sempre eu precisava.

Agradeço aos meus primos e primas que sempre me apoiaram nas minhas escolhas.

Agradeço imensamente à Mainha e Sirlene Freire pelo incentivo em escolher Letras. Foi uma das melhores escolhas de minha vida!

Agradeço à minha amiga Nádila Luiza Oliveira Nogueira. Você é minha parceira de batalha, mirimã. Sem você não sei se chegaria até aqui. Desde o primeiro dia de aula, em agosto de 2017, que construímos essa linda amizade. Você com sua simplicidade sempre me incentivou a ser uma pessoa melhor. Você foi mãe, irmã, amiga e uma grande parceira nessa caminhada. Valeu amiga, por sempre estar comigo e não soltar a minha mão!

Agradeço à minha amiga Jaqueline Oliveira Carvalho. Meu bem, obrigada por tudo! Você com seu jeitinho sempre me apoiando e ajudando ser uma pessoa do bem. Aprendi muitas coisas com você. Obrigada por sempre me ouvir em momentos bons e ruins, me apoiar, aconselhar e estar ao meu lado! Obrigada amiga, você é uma amiga!

Agradeço à minha amiga Lúzira da Silva Ferreira por ser essa grande parceira, sempre me apoiando e incentivando a continuar a batalha, me fazendo acreditar que um dia venceríamos, aqui estamos nós, irmã. Obrigada por tudo, amiga!

Agradeço a Marco Antônio Ferreira Novais por aparecer em minha vida no decorrer dessa batalha e por muito contribuir em minha vida. Sempre me ouvia, aconselhava e ajudava em momentos difíceis.

Sou imensamente grata pela confiança depositada na minha proposta de projeto pelos meus professores Sidnay Fernandes dos Santos e Victor Pereira Sousa, orientadores do meu trabalho. Obrigada por contribuírem de modo bem significativo em minha formação acadêmica e pessoal. Vocês são seres de luz! Tenho muito carinho e admiração por todos os ensinamentos, pró Sidnay, que me acompanhou desde o início dessa jornada enquanto pesquisadora na área da análise do discurso.

Agradeço às professoras Sidnay Fernandes dos Santos e Talita Souza Figueredo por terem aceitado o convite de compor a minha banca juntamente ao meu excelente orientador Victor Pereira Sousa. É muito gratificante tê-los comigo nesse momento especial e tão esperado!

Por último, e não menos importante, quero agradecer também à Universidade do Estado da Bahia, ao Colegiado de Letras (nas pessoas de Esmeralda, Jeane e Roberto) e todo o seu corpo docente. Eternamente grata a cada professor(a) que passou por minha formação acadêmica. Sou muito grata a todas as pessoas que conheci na Universidade, colegas, amigos e todas as outras pessoas que fazem parte desse lugar.

Eu fui muito forte, guerreira e enfrentei todos os obstáculos que surgiram em meu caminho. Não foi fácil deixar a casa de meus pais e ir morar em outra cidade que nem conhecia. Foram muitos perrengues, abalos emocionais, pressões psicológicas, mas, acima de tudo, foi maravilhosa essa experiência, sem ela jamais teria crescido, amadurecido e outras portas não seriam abertas. Sou feliz por ter passado por cada momento em Caetité, terra acolhedora e amável. Cinco anos se passaram e a palavra que mais me define é GRATIDÃO.

Dedico essa vitória à minha família. Como eu disse para Luiza, estava ansiosa para escrever essa frase em meu TCC: “descansar né, porque ninguém é de ferro. Obrigada meu Deus, o melhor do mundo”. Não foi fácil, mas aqui estamos nós, vencendo mais uma batalha.

## RESUMO

Mulheres são assassinadas diariamente. Acredita-se que esse fato possui implicações históricas e sociais, dentre as quais destaca-se raízes fincadas no contexto da “caça às bruxas”, na Europa, no final do século XIV e início do século XV, quando as mulheres acusadas de bruxaria eram inquiridas, reprimidas, perseguidas e queimadas nas fogueiras. Esse fenômeno se constituiu, essencialmente, em uma operação judicial e despertou interesse pelo fato de revelar o espírito de uma época que se atualiza. Quanto à metodologia, esta pesquisa amparou-se na área da Análise do Discurso de orientação francesa. As teorias em torno do discurso serão produtivas nesta investida, pois, enquanto campo de saber, proporciona um diálogo com diversas teorias e conceitos, bem como oferece as condições do método. Nesse campo científico, segundo Orlandi (2015), há dois dispositivos que constroem a metodologia de pesquisa: dispositivos teórico e analítico. Desse modo, esta pesquisa busca analisar a discursivização do termo feminicídio a partir de casos reais repercutidos na mídia digital na atualidade. Este estudo, para atingir seus objetivos propostos, recorreu-se, principalmente, a teorizações sobre memória discursiva, discurso, enunciado e sujeito conforme Foucault (2008), Pêcheux (1999), Fernandes (2008) e Orlandi (2015); sobre perseguição às bruxas consoante Federici (2019); e sobre feminicídio, a partir de Pasinato (2011). Especificamente, busca-se discutir como o termo feminicídio atualiza uma memória discursiva presente no livro *O martelo das feiticeiras* e analisar os efeitos de sentido que emergem sobre o termo em investigação na mídia digital. Depreende-se que *O martelo das feiticeiras*, lido a partir de uma perspectiva ou abordagem discursiva, favorece o entendimento e aprofundamento sobre o período da caça às bruxas e sobre a continuidade e mudanças dos discursos que alimentam os estereótipos de inferiorização da mulher.

**Palavras-chave:** Discurso; Sujeito; Memória discursiva; Feminicídio; Bruxas.

## **ABSTRACT**

Women are murdered daily. It is believed that this fact has historical and social implications, among which there are roots planted in the context of the "witch hunt" in Europe, in the late 14th and early 15th centuries, when women accused of witchcraft were questioned, repressed, persecuted and burned at the stake. This phenomenon constituted, essentially, in a judicial operation and aroused interest by the fact of revealing the spirit of a time that is updated. In this way, this research seeks to understand the genesis of violence against women and chooses as its object of study the manual *The Hammer of Witches*, written by the Dominicans Heinrich Kramer and James Sprenger, published in the 15th century, on the European continent. The objective is to investigate the discursivization of the term femicide from real cases reflected in the digital media today. As for the methodology, this research was supported in the area of Discourse Analysis, of French orientation. Theories around discourse will be productive in this endeavor, as, as a field of knowledge, it provides a dialogue with different theories and concepts, as well as offering the conditions of the method. In this scientific field, according to Orlandi (2015), there are two devices that build the research methodology: theoretical and analytical devices. To achieve its proposed objectives, this study resorted mainly to theories about discursive memory, discourse, utterance and subject according to Foucault (2008), Pêcheux (1999), Fernandes (2008) and Orlandi (2015); on the persecution of witches according to Federici (2019); and on femicide, based on Pasinato (2011). Specifically, it seeks to discuss how the term femicide updates a discursive memory present in the book *O hammer das feiticeiras* and to analyze the meaning effects that emerge on the term under investigation in digital media. It appears that *O hammer of the witches*, read from a perspective or discursive approach, favors the understanding and deepening of the period of the witch hunt and on the continuity and changes of the discourses that feed the stereotypes of inferiorization of women.

**Keywords:** Discourse; Subject; Discursive memory; Femicide; witches.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. DISCURSO, SUJEITO E MEMÓRIA DISCURSIVA: BREVES CONTORNOS TEÓRICOS</b> ....	11
1.1 A constituição da análise do discurso e as suas três épocas .....	11
1.2 Discurso e enunciado em Michel Foucault: breves contornos .....	14
1.3 Sujeito discursivo .....	16
1.4 Memória discursiva .....	17
<b>2. AS MULHERES DE OUTRORA E DE AGORA: ENTRE A NORMA E TRANSGRESSÃO</b> .....	19
2.1 A mulher na sociedade medieval .....	19
2.2 Norma e transgressão .....	22
2.3 Da caça às bruxas ao feminicídio .....	24
<b>3. DISCURSOS SOBRE O FEMINICÍDIO NA MÍDIA DIGITAL</b> .....	26
3.1 Novas maneiras de ver e sentir nas sociedades contemporâneas .....	26
3.2 Modos de enunciar o feminicídio na mídia digital .....	28
3.3 Práticas discursivas em (des)continuidades .....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36

## INTRODUÇÃO

Mulheres são assassinadas diariamente. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>1</sup>, somente em janeiro de 2019, 126 mulheres foram assassinadas por conta de seu gênero no Brasil. Acredita-se que esse fato possui implicações históricas e sociais, dentre as quais destaca-se raízes fincadas no contexto da “caça às bruxas”, na Europa, no final do século XIV e início do século XV, quando as mulheres acusadas de bruxaria eram inquiridas, reprimidas, perseguidas e queimadas nas fogueiras. Esse fenômeno se constituiu, essencialmente, em uma operação judicial e despertou interesse pelo fato de revelar o espírito de uma época que se atualiza.

O discurso da inferiorização feminina ao longo do século XV, presentificado no documento *O Martelo das Feiticeiras*, pode ser interpretado como símbolo e reflexo do machismo e da misoginia. *O Martelo das Feiticeiras* foi a enciclopédia, o manual jurídico mais abrangente já criado para tentar provar a existência de bruxas. Em sua narrativa, propagava que as mulheres eram as culpadas pela disseminação do mal no mundo e propunha como solução queimá-las na fogueira como maneira de reparar seus pecados. Tais práticas, atualmente, se aproximam do que compreendemos por feminicídio. Segundo Wânia Pasinato (2011), em linhas gerais, o termo feminicídio está ligado a uma vasta gama de abusos verbais e físicos às mulheres. Dessa forma, todo assassinato de mulher, pelo simples fato de ser mulher, se configura como feminicídio.

A problemática da presente pesquisa concentra, então, nestas questões: 1) de que forma o termo feminicídio vem sendo discursivizado na mídia digital na atualidade? e 2) em que medida as diversificadas agressões contra as mulheres na contemporaneidade atualizam uma memória discursiva do século XV em relação à violência simbólica e física ao gênero feminino conforme representadas em *O Martelo das Feiticeiras*? Em meio a esses questionamentos, algumas hipóteses surgem como elemento de pesquisa. Contudo, aqui serão destacadas as seguintes: a) o termo feminicídio é recente, mas o seu discurso não: ele atualiza uma memória do século XIV, momento da caça às bruxas; b) a violência sofrida pelas mulheres, na atualidade, reflete marcas históricas do passado; e c) a perseguição, a tortura, o aprisionamento e o assassinato de mulheres, ainda hoje, são efeitos de um acontecimento histórico do passado.

Frente a isso, objetiva-se investigar a discursivização do termo feminicídio a partir de casos reais repercutidos na mídia digital na atualidade. As teorias em torno do discurso serão

---

<sup>1</sup> Esses relatórios referem-se a casos registrados em 159 cidades do país, distribuídos em 26 diferentes estados do Brasil. Disponível: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/024.asp>.

produtivas nesta investida, pois, enquanto campo de saber, proporciona um diálogo com diversas teorias e conceitos, bem como oferece as condições do método. Assim sendo, é possível analisar a linguagem mediante uma teoria linguística e, também, manter diálogo com outros campos do saber – as ciências humanas e sociais – as quais oferecem subsídios para o melhor entendimento do sujeito mulher no Brasil.

Especificamente, busca-se compreender o funcionamento de conceitos do campo do discurso; discutir como o termo feminicídio atualiza uma memória discursiva presente no livro *O martelo das feitiças*, escrito em 1484 pelos dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger; e analisar os efeitos de sentido que emergem sobre o termo em investigação na mídia digital. Para tanto, notícias publicadas em portais de ampla visibilidade serão tomadas a fim de se recuperar o termo feminicídio e o modo como tal prática se encontra discursivizada. Assim, as notícias serão organizadas em séries, considerando as regularidades e rupturas inerentes às práticas de feminicídio da maneira como estão representadas nesses suportes materiais digitais.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos. O capítulo 1 apresenta uma revisão bibliográfica, na qual trazemos a historicidade da Análise do Discurso e, em seguida, compartilhamos os conceitos de discurso, enunciado, sujeito discursivo e memória discursiva, selecionados para sustentar e movimentar as análises.

O capítulo 2 diz respeito a uma contextualização histórica do livro *O martelo das feitiças* e da época que ficou conhecida como “caça às bruxas”, um acontecimento histórico da Idade Média. De modo mais específico, apresentaremos uma breve síntese da história das mulheres ao longo da Idade Média, época em o discurso cristão era marcado pela inferiorização do feminino, fruto de produções discursivas diretamente ligadas ao cristianismo medieval. Logo, a intenção é compreender modos de vida das mulheres nesse período e de que forma era justificada a perseguição contra elas.

O capítulo 3 aborda os modos de enunciar o feminicídio na mídia digital e as práticas discursivas em (des)continuidades. Nessa seção, há uma breve descrição das maneiras de ver o feminicídio na contemporaneidade, em especial na mídia, em uma versão *on-line* do jornal *Folha de S. Paulo*, tendo em vista que se trata de uma instituição de grande circulação. Assim, a intenção é compreender como o feminicídio aparece em matérias repercutidas por essa instituição midiática.

## **1. DISCURSO, SUJEITO E MEMÓRIA DISCURSIVA: BREVES CONTORNOS TEÓRICOS**

Neste capítulo, compartilharemos o referencial teórico-metodológico que servirá de base para o estudo. Primeiramente, será apresentada a historicidade da Análise de Discurso, doravante AD, a constituição desse campo de saber, bem como as suas fases, ou seja, uma breve descrição das reformulações pelas quais essa teoria do discurso passou. Em seguida, serão vistos os conceitos de discurso, enunciado, sujeito discursivo e memória discursiva, selecionados para sustentar e movimentar as análises.

É importante ressaltar que os conceitos, mesmo que separados por secções, estão atrelados, ou seja, as teorizações são conceituadas simultaneamente. A escolha desses conceitos se justifica pelo fato de a AD possibilitar analisar a linguagem mediante uma teoria linguística e, também, manter diálogo com outros campos do saber. Dessa forma, os conceitos apresentados relacionam diretamente com a proposta do estudo, pois, a partir deles, é possível problematizar, compreender e analisar a discursivização do termo feminicídio em casos factuais discursivizados na mídia digital na atualidade.

### **1.1 A constituição da análise do discurso e as suas três épocas**

A constituição do campo epistemológico da AD concebeu-se através de reflexões acerca de três campos de pensamento, a saber, marxismo, estruturalismo e psicanálise. Denise Maldidier (1997), em *Elementos para uma análise do discurso na França*, afirma que o ato precursor da disciplina se dá no contexto da conjuntura teórico-política de 1960, no terreno francês, por meio de uma dupla fundação representada por respeitáveis nomes: Jean Dubois e Michel Pêcheux. Assim, diferente de outras áreas do conhecimento, a AD tem origem exclusiva, isto é, como afirma Maldidier (1997, p. 15) “a análise do discurso, ao contrário do que acontece com outras práticas disciplinares, pode atribuir-se uma origem própria. Isso lhe confere (...) um estatuto histórico próprio”.

Jean Dubois e Michel Pêcheux são grandes estudiosos e, mesmo que se encontravam em áreas distintas do conhecimento, segundo Maldidier (1997), eles localizavam-se em um espaço comum, o do marxismo e o da política, e partilhavam similares indicativos sobre a história, a luta de classes e o movimento social. Sendo assim, eles criaram esse vasto campo de saber denominado Análise do Discurso. Além disso, nos anos 60, o estruturalismo passava por um momento de êxito, assim, a linguística apontada como uma ciência já bem

fundamentada, nas palavras de Malidier (1997), a “ciência piloto”, encontrava-se no centro do dispositivo das ciências.

Logo, como afirma Malidier (1997), para que houvesse uma dupla fundação da AD, seria necessário que os protagonistas tivessem interesses ou traços comuns, o que de fato aconteceu. Contudo, é importante ressaltar a existência de algumas divergências entre eles. Segundo Malidier (1997), para Dubois, a Análise do Discurso é considerada dentro de um *Continuum*, ou seja, uma continuidade do estudo das palavras ao estudo do enunciado, é como se fosse uma extensão natural de um estudo ao outro. De maneira oposta, de acordo com Malidier (1997), para Pêcheux, a AD é pensada como uma ruptura epistemológica, como um rompimento das posições ideológicas predominantes nas ciências humanas.

A publicação do livro de Michel Pêcheux, *Análise Automática do Discurso*, em 1969, postula que a Análise do Discurso somente poderia ser pensada no tocante a uma teoria do discurso. Nos termos de Malidier (1997, p. 19), “a construção de um objeto do discurso não é uma simples ‘superação da linguística saussuriana’, ela apoia-se sobre a teoria do valor que coloca a língua como sistema formal”. Assim sendo, Pêcheux faz uma releitura de Saussure, tece críticas ao corte saussureano, o qual separa língua e fala e cria um novo campo de investigação.

De acordo com Malidier (1997), não podemos perder de vista que, no estruturalismo, não houve uma preocupação com o sujeito discursivo. Assim sendo, a AD vai à procura desse sujeito, até aquele momento descartado, e vai localizá-lo, em parte, na simbologia de Lacan, o qual faz uma releitura de Freud, e contribui com o conceito de inconsciente, ou seja, um sujeito descentrado; a outra parcela, ela encontra no materialismo histórico, na ideologia althusseriana, a qual é sustentada por Althusser, que releu Marx, e traz para seus estudos as categorias sujeito e ideologia. Surge, portanto, o sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia.

A partir disso, surge uma disciplina transversal. Para esse novo campo investigativo, Malidier (1997, p. 23) destaca uma definição sucinta da AD feita por Jean-Jacques Courtine:

A AD é, definitivamente, uma prática disciplinar que se pode, seguindo J. J. Courtine, resumir por três proposições: 1) ela realiza o fechamento de um espaço discursivo; 2) supõe um procedimento linguístico de determinação das relações inerentes ao texto; 3) produz no discurso uma relação do linguístico com o exterior da língua.

Dessa forma, Courtine retrata a sustentação da Análise do Discurso e a relação da língua com a história. Assim, os discursos são constituídos mediante a relação existente entre sujeitos e sentidos afetados histórica e linguisticamente.

Ademais, segundo Fernanda Mussalim (2004), a AD formulou e reformulou seus procedimentos de análise e seu objeto de estudo com o passar o tempo. Tais movimentos ficaram conhecidos como as três épocas da AD, conforme veremos, de maneira breve, a seguir:

A primeira fase foi designada como máquina discursiva e herdou aspectos do estruturalismo. Pode-se identificar essa fase como AAD (análise automática do discurso). De acordo com Pêcheux (1983, p. 311), em *Análise automática do discurso*, a noção do processo de produção discursiva é concebida como “uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”. Portanto, os discursos eram processados por uma “máquina discursiva”, e essa situação provocava um assujeitamento do sujeito, isto é, havia uma submissão desse sujeito às regras do discurso que enunciava, mesmo ele tendo a ilusão da liberdade discursiva. Dessa forma, o discurso não é exclusivo nem livre, e o sujeito é formado pelo próprio discurso. Assim, nessa fase, quem realmente fala é uma instituição, ou uma teoria, ou talvez, uma ideologia.

Já a segunda fase é sinalizada pela definição e papel da formação discursiva, doravante FD). Uma FD refere-se ou determina o que pode ou não ser dito, ou ainda, o que poderia ser dito e não foi, em um determinado lugar social. Ainda deve ser ressaltado que a FD pode ser considerada um espaço crivado por outras FDs. Mussalim (2004, p. 119) afirma que “o espaço de uma FD é atravessado pelo ‘pré-construído’, ou seja, por discursos que vieram de outro lugar e que são incorporados por ela numa relação de confronto ou aliança”. O efeito de assujeitamento do sujeito até então é conservado. Há uma preocupação com as inúmeras vozes que atravessam o discurso do outro e se complementam ou se refutam em sua aplicação.

Por último, na terceira fase, destaca-se a alteridade discursiva, que são formas linguístico-discursivas do discurso do outro. Verifica-se que os discursos que cruzam uma FD não se formam de maneira independente uns dos outros para serem depois colocados em associação, mas se constituem de modo ajustado dentro de um interdiscurso. Pêcheux (2009) compreende o interdiscurso como algo que fala sempre antes, como um movimento do discurso, responsável pelo que é dito antes, em outro local, em outra época, ou seja, o exterior que faz parte do discurso. O saber discursivo invoca a possibilidade de todo dizer, retomando

o “já-dito” em outras instâncias. Então, o modo como o sujeito discursivo significa é afetado pelos dizeres disponibilizados pelo interdiscurso. Logo, mesmo que o indivíduo diz, acredita que sabe o que está dizendo, é inacessível a ele, o modo pelo qual os sentidos foram cristalizados.

## 1.2 Discurso e enunciado em Michel Foucault: breves contornos

Por meio da obra *Arqueologia do Saber*, Foucault (2008) ensina que, a fim de estabelecer um saber, a análise arqueológica precisa atravessar formulações conceituais distintas, sendo elas relativas aos diversos saberes. Desse modo, na referida obra não se encontra somente a formulação de um método que o autor utiliza em suas pesquisas ou que vai passar a utilizar, e sim aparecem as investidas do pensador francês centradas no discurso real, pronunciado e existente como materialidade.

Assim sendo, um dos conceitos imprescindíveis para a formação teórica foucaultiana é o de discurso, e Foucault (2008, p. 132-133) o define como

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (...) é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo.

Em outros termos, os discursos detêm uma base institucional e histórica que viabiliza ou impede a sua realização. Logo, quando um sujeito ocupa um espaço em uma determinada instituição, utiliza enunciados de um dado campo discursivo de acordo com os interesses de um momento. O discurso, portanto, se configura como uma prática e seu sentido será construído dentro das relações e nos enunciados que estão funcionando integralmente.

No que se refere ao termo enunciado, precisamos de uma descrição desse termo sob uma ótica discursiva. Assim, Foucault (2008, p. 90) afirma que o enunciado é “como um átomo do discurso”, ou seja, o enunciado assume um papel de unidade essencial do discurso, é crucial compreender em que consiste o termo citado, quais são suas peculiaridades, limitações e dentre outros traços que caracterizam ou desfiguram a sua concepção. Foucault (2008, p. 97), acrescenta que “o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência”.

Portanto, segundo o filósofo, o enunciado não se refere ao que é intitulado pelos lógicos de proposição, nem ao que é designado pelos gramáticos de frase e muito menos ao que os analistas buscam definir sob o nome *speech act*.

Primeiramente, segundo Foucault (2008), a existência de uma estrutura proposicional não é uma premissa vital e bastante para que haja enunciado. Pois, para ele, é possível que haja dois enunciados absolutamente diferentes que se relacionam a grupos discursivos totalmente distintos, em que há somente uma proposição de valor singular, que obedece a um mesmo leque de regras de criação e autorizadas as idênticas probabilidades de aplicação. Para Foucault (2008, p. 111-112),

O enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma situação determinada ou de um conjunto de representações. Não é simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de um certo número de elementos e de regras linguísticas. De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

Dessa forma, o enunciado é uma função que vai garantir a existência do discurso. O conceito de enunciado está relacionado com a historicidade, já que todos enunciados se relacionam e estão no plano do discurso.

Depois de explicar os motivos pelos quais o termo enunciado não deve ser aludido às concepções de frase, proposição e de *speech act*, Foucault (2008, p. 98) diz que o enunciado

É uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).

Já que o enunciado não é uma estrutura, logo não se encontra para ele critérios estruturais de unidade, pois não corresponde em si próprio uma unidade. No entanto, como afirma Foucault (2008, p. 98), o enunciado consiste em uma função que “cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. Os enunciados pertencem à formação discursiva, a qual se caracteriza não por princípios construtivos, mas sim por uma dissipação, com efeito, já que Foucault (2008, p. 132) afirma que a FD “é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência”.

Desse modo, Foucault (2008, p. 112) defende que todos os enunciados remetem a outros, ou seja, “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis”. Nessa perspectiva, é possível confirmar que os discursos são construídos a partir das condições de produção. Estas funcionam de acordo com alguns aspectos, por exemplo, a relação de sentidos. Qualquer discurso é tido como um processo amplo e contínuo, ou seja, um determinado discurso faz alusão a outros discursos que o sustentam, seja dizeres passados ou dizeres futuros. Segundo essa concepção, não há discursos desassociados de outros discursos.

### 1.3 Sujeito discursivo

Os sujeitos sociais estão interligados com a teoria discursiva. Segundo Foucault (2008, p. 60) “as modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito - quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora de racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese”. Dessa forma, segundo Foucault (2008), a ideia de compreender uma formulação como enunciado não se fundamenta em investigar a relação entre o autor e o que ele disse “(ou quis dizer, ou disse sem querer)”, e sim em apontar a posição que esse sujeito pode ou não ocupar.

Nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. (FOUCAULT, 2008, p.61)

Pensar na concepção de sujeito é remeter-se a quem fala e quem tem o direito de enunciar determinado discurso. Assim, quando se analisa o discurso, o sujeito deve ser interpretado como uma posição vazia que pode ser apropriada por qualquer indivíduo, uma vez que o sujeito na AD não é um sujeito em si. O sujeito, portanto, não diz respeito ao indivíduo ou sujeito empírico, e sim ao sujeito do discurso que é constituído pela linguagem, devidamente interpelado pela ideologia, pela história, pela exterioridade e pelo social.

Cleudemar Fernandes (2008), em *Análise do discurso: reflexões introdutórias*, também discorre sobre a concepção de sujeito no quadro dos trabalhos da AD. Para ele, primeiramente, deve-se levar em conta que não se refere a indivíduos entendidos como seres que existem de modo exclusivo e particular no mundo. Desse modo, a noção de sujeito aqui considerada não perpassa a ideia de um ser humano individualizado, mas sim da existência de

sujeitos em sociedade. Assim sendo, o sujeito discursivo deve ser visto como um ser social que se encontra dentro de um espaço social, ideológico coletivo em um determinado momento histórico.

A voz desse sujeito reflete o lugar social, não somente a de um, como também um conjunto de outras vozes constituintes de determinada realidade. Nos termos de Fernandes (2008, p. 23), da voz desse sujeito discursivo, “ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico”. Assim, a Análise de Discurso considera o sujeito constituído por diferentes vozes sociais. Portanto, o sujeito pode ser analisado a partir dos discursos.

Para além disso, não podemos desconsiderar a existência da relação de forças. Consoante Orlandi (2015, p. 37),

[...] o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.

Então, os dizeres dos sujeitos significam de modo diferente, uma vez que essa distinção dependerá do lugar de onde provém a fala do indivíduo. Entretanto, é preciso esclarecer que lugar e posição dos sujeitos são concepções diferentes para a AD. O primeiro refere-se aos lugares ocupados pelos sujeitos empíricos inseridos em uma sociedade de relações dadas pela hierarquia, enquanto a segunda dá conta das projeções feitas pelos referidos sujeitos. Portanto, a partir dessas projeções, o sujeito discursivo passa do lugar de sujeito para posição do mesmo no discurso.

#### **1.4 Memória discursiva**

Sobre memória discursiva, esta não se refere às lembranças individuais que se tem do passado. Nos termos de Pêcheux (1983, p. 52), “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Courtine (2006), por sua vez, designa o mesmo conceito como “algo distinto de qualquer lembrança ou memorização psicológica. Tal noção diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas que são reguladas por aparelhos ideológicos”.

A memória discursiva deve ser compreendida não pelo sentido “psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social

inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 49-50). É preciso considerar as condições de produção do discurso que, de acordo com Orlandi (2015), se apresenta em seu sentido estrito e em seu sentido amplo, abarcando o contexto histórico e ideológico. Então, é crucial falar de memória quando se fala de produção do discurso, ela disponibiliza o saber discursivo que possibilita todo o dizer e como o sujeito irá significar em uma determinada situação discursiva. Então, ao analisar um discurso, é preciso considerar a memória discursiva e como aquele discurso foi construído, levando em consideração a sua relação com os sujeitos e, conseqüentemente, com a ideologia.

Conforme Courtine (2006), a memória não é uma mera lembrança do passado. Essa concepção está relacionada à “existência histórica do enunciado” no interior de discursos que são regulados ideologicamente. Nesse sentido, para analisar a memória discursiva é preciso considerar o elemento histórico-social, uma vez que a memória estabelece uma relação entre linguagem e a história. Portanto, a memória discursiva pode ser entendida como a base de um discurso, ela é construída por meio da repetição de enunciados, o que constitui uma regularidade discursiva.

Por meio da memória discursiva, enunciações são reconstruídas e sentidos são retomados. O discurso somente significa porque está inscrito e possui uma formação discursiva que é histórica. Assim, aventuramo-nos a dizer que as diversificadas agressões contra as mulheres na contemporaneidade resguardam uma memória discursiva do século XV, a qual violava simbólica e brutalmente o gênero feminino. Portanto, por meio do conceito de memória discursiva, é possível analisar as marcas históricas oriundas dessa violência contra a mulher, bem como a construção do discurso do feminicídio, no século XV, materializado no livro *O martelo das feiticeiras* e esse discurso materializado nas práticas de feminicídio na contemporaneidade.

## 2. AS MULHERES DE OUTRORA E DE AGORA: ENTRE A NORMA E TRANSGRESSÃO

*A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.*

*(Mary Del Priore)*

Nesta seção, apresentaremos um breve recorte da história das mulheres ao longo da Idade Média, época em que o discurso cristão era marcado pela inferiorização do feminino, fruto de produções discursivas diretamente ligadas ao cristianismo medieval. Assim, a nossa intenção será compreender o modo de vida das mulheres nesse período e de que forma era justificada a perseguição contra elas. Buscaremos, ainda, entender a persistência da Igreja em afirmar sobre a impureza e imperfeição feminina, colocadas em voga em *O martelo das feiticeiras*, bem como investigar em que contexto se encontrava e o porquê dessa instituição religiosa achar motivos para começar a perseguição contra aquelas tidas como bruxas.

### 2.1 A mulher na sociedade medieval

Em seu texto intitulado *Ser mulher na Idade Média*, Maria Filomena Dias Nascimento (1997) destaca que, no medievo, a sociedade adotou o modelo patriarcal. Nessa mesma época, as mulheres eram obrigadas a frequentar espaços privados, ou seja, eram permitidas circular somente na casa paterna, marital ou no convento. Esses pensamentos ganharam destaque graças a disseminação das teorias misóginas. Dessa forma, desde o início da história da mulher, os teóricos da antiguidade persistiam em reiterar a submissão da mulher na Idade Média. Nomes como os de Aristóteles, São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino se destacaram na composição do discurso misógino do século XIII.

No entanto, antes do século XIII, a imagem da mulher já era vista negativamente por conta da visão judaico-cristã em relação à Eva, considerada pela perspectiva religiosa como um ser pecador, incapaz de resistir à tentação, sendo necessário ser subalterna ao homem. Essa condição de pecadora estendeu-se à existência feminina. O discurso cristão ao longo da Idade Média é marcado pela inferiorização do feminino. O reflexo do poder da Igreja sobre o imaginário socialmente construído na época é concretizado na obra *O martelo das feiticeiras*, apresentando um discurso da natureza maligna do feminino. Dessa forma, para os homens da Igreja, a mulher é vista como um perigo carnal e espiritual. Nascimento (1997) pondera que

tais discursos de repúdio não se fundamentam somente nos legados dos grandes teólogos e filósofos, mas também nas credences que o clero sustentou por muito tempo.

Frente a isso, para contar a história das mulheres é necessário recorrer à historiografia. José Rivair Macedo (2002), no livro *A mulher na Idade Média*, apresenta uma síntese do papel social/econômico da mulher na Europa medieval, da qual nos serviremos de maneira resumida nos próximos parágrafos. Enquanto algumas mulheres desempenhavam determinados trabalhos na sociedade, outras eram excluídas, marginalizadas. As camponesas iniciavam o seu trabalho quando se casavam, pois tinham que permanecer ao lado do marido durante quase todas as atividades, como no plantio de ervilha e feijão, na pesca, na colheita e batimento do trigo, na ordenha das vacas e na tosquia dos carneiros. Além desses serviços, as mulheres de condição servil tinham que prestar trabalho na casa do senhor feudal, como na confecção de tecidos ou até mesmo alguns artigos de luxo para a corte.

Assim, as senhoras eram responsáveis pela administração dos trabalhos domésticos e pelo acompanhamento gradativo da fabricação de tecidos. Nos momentos em que os homens estavam ausentes, as mulheres eram obrigadas a substituí-los na administração das posses. Quando eles retornavam, encontravam tudo na forma mais perfeita possível. Comumente, as mulheres detinham o poder sobre as outras, por exemplo, a senhora detinha o poder sobre as domésticas. As domésticas eram divididas em dois grupos: as livres e as escravas. As primeiras eram chamadas de criadas e eram obrigadas a manterem a casa limpa, tomar conta das crianças e acompanhar seus senhores, sendo fiéis. Já as escravas tinham como função exercer todos os tipos de trabalhos nos lares, principalmente cuidar das crianças de suas senhoras e ser dependentes total de seus senhores.

As artesãs, por sua vez, trabalhavam em ambientes domésticos nas próprias oficinas artesanais da família. Nas indústrias de tecelagem, a função dessas mulheres era de fiar a seda, tecido de lã ou chapéus. Também começou a surgir as mulheres negociantes que substituíam ou ajudavam os maridos, atuando, principalmente, em atividades comerciais, como lojas para vender bolos, frutas e legumes. Apesar dessas mulheres possuírem uma função social, havia outras que não tiveram o mesmo destino e, por isso, eram marginalizadas pela sociedade, dentre esse grupo estão as consideradas hereges, as bruxas e prostitutas ambulantes. As hereges representavam um grupo de mulheres solteiras e viúvas, que se afastavam da igreja em busca de uma nova vida. Foi devido a essa nova forma de viver que elas foram condenadas à prisão e, até mesmo, à morte pela Igreja.

Outro grupo bastante perseguido pelos inquisidores foi o de mulheres vistas como bruxas. A Igreja criou uma imagem horrível para a população em relação a elas, baseando-se em lendas, contos folclóricos e sempre associando-as ao diabo. Eles argumentavam que tais

mulheres tinham um pacto com o diabo e que eram capazes de incitar o desejo carnal nos homens e, juntamente ao diabo, proibiriam a criação. Diante dessas acusações, muitas mulheres foram executadas em vários países durante a inquisição, totalizando em mais de 300 mil mulheres mortas em todo continente europeu.

A construção cultural da bruxaria em heresia foi um processo longo. As mulheres foram um alvo preferido dos inquisidores. Elas, muitas vezes, eram acusadas de praticar orgias com o diabo, de transar com homens adormecidos e de se transformarem em animais. A visão negativa do feminino e a misoginia da sociedade medieval ajudaram a consolidar a visão da mulher como detentora de forças malignas.

Em consequência disso, o ser feminino, no decorrer da história, sempre foi colocado como submisso e inferior em relação à figura do homem dentro da sociedade, que tem as suas raízes fixadas no patriarcado e em alguns fundamentos biológicos que reservam a mulher apenas ao papel de procriar e cuidar da prole. No período medieval, essa visão de inferioridade e submissão se acentua ainda mais por conta da influência da Igreja Católica. Dessa forma, através de maquinações ideológicas baseadas nos escritos sagrados, nas concepções a respeito do corpo da mulher e de seus aspectos físicos, a figura feminina foi rotulada como um ser traiçoeiro, maligno, enganador, duvidoso e dentre tantas outras especificações.

A cultura e os valores morais eram definidos pelos clérigos que detinham um enorme poder de dominação mental na época, em que o medo se fazia presente em um ambiente onde a luta entre o bem e o mal era constante. Por isso, a todo o custo, a Igreja buscava sempre justificativas para os seus atos e explicações para acontecimentos que fugiam, supostamente, da realidade, como as pestes, que designaram como maldições das bruxas. Diante desse poderio da Igreja, a figura da mulher foi personificada, baseando-se na imagem de Eva, a esposa de Adão, que foi levado a cometer o pecado original, resultando, assim, na expulsão dos dois do paraíso. Perante esse acontecimento, os eclesiásticos estabeleceram que a mulher sempre carregará consigo o espírito de Eva que cedeu à vontade do diabo, levando o homem a pecar. Em virtude disso, pregava-se que a figura feminina não era confiável e que tinha uma moral inferior aos demais.

Portanto, o cristianismo criou um elo entre o feminino, o sexo e o mal. Esse nó colocou a mulher como um ser inferior capaz de ameaçar princípios, como a castidade dos clérigos. Nesse emaranhado de definições, uma base fértil é construída para depois se desenvolver a personificação da bruxa.

## 2.2 Norma e transgressão

Quais são os modos de enunciar as violências diversas sofridas pelo sujeito-mulher em *O martelo das feiticeiras*, no que refere à norma, à transgressão e à sexualidade feminina? Essa inquietação nos aproxima das investidas foucaultianas acerca da norma, a qual se refere à criação de um padrão para distinguir o normal do anormal. Foucault (2001, p. 62), em *Os Anormais*, destaca que

Norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. [...] A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo.

Na esteira dessa discussão, podemos dizer que o anormal, considerado transgressor dos limites da norma, é direcionado aos mecanismos de correção, ligado, principalmente, aos instrumentos de exclusão e de punição. Tal dicotomia nos ajuda a pensar as práticas violentas discursivizadas em *O martelo das feiticeiras*, onde há referências vigorosas em relação à natureza do feminino e sua ligação com o mal. As mulheres são retratadas como possuidoras de poder e dignas de pavor. O olhar delas contém impactos inusitados, suas palavras, uma vez que pronunciadas propositalmente, podem gerar efeitos miraculares extraordinários. Ademais, como eram propensas à maldade e selecionadas pelo diabo na figura de parceiras, a maioria dos acontecimentos ruins era vinculado à bruxa: partos prematuros, doenças, morte de animais, problemas nas colheitas, tempestades e infortúnios dos mais variados tipos.

Um estereótipo foi solidificado em *O martelo das feiticeiras*: o da bruxa - veneradora do diabo, sexualmente transgressora, perniciososa e “mulher”. Conforme Kramer e Sprenger (2010, p. 112),

É um fato que maior número de praticantes de bruxaria é encontrado no sexo feminino. Fútil é contradizê-lo: afirmamo-lo com respaldo na experiência real, no testemunho verbal de pessoas merecedoras de crédito. [...] existem três coisas na natureza - as Línguas, os Eclesiásticos e as Mulheres - que, seja na bondade, seja no vício, não conhecem moderação. [...] As mulheres são, por natureza, mais impressionáveis e mais propensas a receberem a influência do espírito descorporificado; e quando se utilizam com correção dessa qualidade tornam-se virtuosíssimas, mas quando a utilizam para o mal tornam-se absolutamente malignas.

O discurso a respeito da natureza maligna do feminino, ou seja, que contraria ou fere os bons costumes em tal manual pode ser visto como símbolo e reflexo do poder da Igreja

sobre o imaginário social da época. Os papéis sociais individuais são entendidos com base na sua criação psicológica, social, política e cultural. Essas construções subjetivas permitem a delimitação de comportamentos específicos, como as premissas da submissão feminina frente à dominação e poder masculino. Norma, dessa forma, se relaciona com a desconstrução da naturalização das qualificações do masculino e feminino a partir de sua predestinação biológica.

Em sua *História da Sexualidade*, Foucault (1999) destaca que, após o século XIII, aumenta-se, na voz de Tomás de Aquino, a compreensão da mulher enquanto “macho imperfeito”, uma visão marcada pela imposição de disciplina em relação à sexualidade e pela tentativa de controle do pecado a fim de determinar papéis sociais e modelos de conduta típicos das relações de poder no âmbito daquela sociedade. Ademais, segundo Nader (1998), importante estudiosa na área de ciência política, a história política foi o espaço fundamental no que se refere à relutância à inclusão de objetos e questões a respeito da mulher e do gênero. Conforme a autora, no imaginário social, o espaço de atuação da mulher e a vida pública são elementos incompatíveis, ou seja,

[...] se a mulher convivesse com a esfera público-política, seria corrompida pela familiaridade com a força e a violência, característica masculina da esfera pública, sujeitando-se, assim, a perder as qualidades de pureza e ingenuidade tão características da esfera privado-doméstica (NADER, 1998, p. 61).

O modo de arranjo dos espaços público e privado evidencia a naturalização histórica da inaptidão feminina para a razão. Voltada ao ambiente das atividades domésticas, a noção construída, no mundo Ocidental, em relação ao feminino, impôs à mulher o papel de personagem figurante do processo histórico: obrigada a fazer o serviço da casa e cuidar da família, a mulher continuou invisibilizada. Assim sendo, essa concepção de identidade é criada no indivíduo a partir do momento em que ele nasce. A educação de meninos e meninas segue rigorosamente princípios de separação, uma vez que as meninas aprendem desde cedo a limpar, cozinhar, costurar e os meninos preparam-se desde novos para as atividades que exigem vigor físico ou recebem estímulos para investir em leitura, escrita, estudo e convivência social.

Seguindo os ideais de norma, conforme Foucault (2001), a distinção sexual é resultante de uma prática discursiva e não um fato em si. Dessa maneira, o sexo possui caráter normativo e regulatório, concepção idealizada e materializada no tempo de maneira incompleta, tendo em vista que a conformação absoluta do social às normas produzidas e impostas pelo discurso é inatingível. Logo, questiona-se: como ocorre a desconstrução da

naturalização dos papéis sociais de gênero? Como se dá a ultrapassagem dos limites da norma?

### **2.3 Da caça às bruxas ao feminicídio**

Segundo Macedo (2002), os órgãos repressivos no interior da Igreja Católica (Inquisição) e os órgãos de governo foram os principais responsáveis pela marginalização e exclusão das minorias. Assim, esses órgãos adotaram medidas de exclusão contra diversas categorias de pessoas consideradas perigosas para a cristandade, a saber: as hereges, as bruxas e as prostitutas.

As heresias, conforme Macedo (2002, p.21), “quer dizer, as interpretações divergentes daquilo explicitamente determinado pela Igreja, [...] expressavam tanto a rebeldia religiosa e a dissidência quanto certo inconformismo social e político”. Os membros do clero deixaram textos, principais fontes para estudo das heresias, que apontavam as mulheres como participantes ativas e numerosas desses movimentos. Entre várias hipóteses levantadas sobre o porquê de as heresias atraírem tantas mulheres, Macedo (2002) afirma que alguns pesquisadores do assunto defendem que é provável que tal atração tenha ocorrido porque na heresia, de maneira oposta do que ocorria na Igreja, havia espaço para as mulheres, no sentido de ocupar cargos, por exemplo, no ministério de pregação. Ou seja, na heresia havia a possibilidade de as mulheres prestar serviços espirituais iguais aos homens, exercendo os mesmos direitos e reconhecimento. Por isso, os líderes hereges e as mulheres que os seguiram foram excluídos do seio da cristandade.

O fenômeno da caça às bruxas, embora tenha ocorrido há muito tempo, continua atraindo muita atenção não só dos historiadores, mas também de escritoras como Silvia Federici, um nome de impacto em debates sobre as lutas das mulheres pelo mundo. Na sua obra mais recente *Mulheres e caça às bruxas*, Federici (2019), por meio de seus argumentos, traz à tona elementos históricos de opressão que fomentam a reação e a indignação de movimentos feministas contemporâneos. Portanto, pesquisas como essas, que buscam entender o presente perpassando o passado, ajudam a combater, como diz Federici (2019, p. 7), “a atual onda de violência contra as mulheres”. Esse assunto desperta interesse pelo fato de revelar totalmente o espírito de uma época. Nesse caso, a intolerância ao eliminar um grupo considerado pernicioso e indesejável.

A caça às bruxas, segundo Macedo (2002), ocorreu entre os séculos XV e XVII, no contexto do Renascimento e da Revolução Científica. As vítimas da caça, as bruxas, já eram conhecidas há muito tempo. A crença nos poderes mágicos, na feitiçaria e na bruxaria e os

poderes a elas atribuídos acompanharam a evolução das sociedades. Havia registros da presença de magas, feiticeiras, curandeiras e benzedoras nos textos da época. Assim, o medo impregnava a imaginação popular. No entanto, os padres e religiosos cristãos consideravam isso como superstição, pois descaracterizavam a imagem assustadora espalhada entre os povos. Consequentemente, os que imaginavam e temiam as feiticeiras eram tidos como idólatras e deveriam ser punidos.

No entanto, devido a uma crise política envolvendo lideranças da Igreja, à uma crise moral proveniente de inúmeras heresias, e, por fim, às crises econômicas e sociais constantes no período, surgiu uma nova visão de mundo, de Deus, do diabo e dos males praticados em seu nome. O que era tido até então como inofensivo passou a ser nocivo. O mal ganhou importância no imaginário das pessoas, sobretudo dos clérigos. O discurso da Igreja intensificou-se e sempre afirmava com forte rigor o poder do diabo e seu propósito maldoso de destruir a cristandade. Desse modo, o medo do diabo gerou o medo das feiticeiras, e o temor a elas gerou a perseguição e o extermínio do rival perceptível: as bruxas. Assim, a partir do final do século XIV ou início do século XV, as mulheres acusadas de bruxaria foram inquiridas, reprimidas e perseguidas.

Para entender a persistência da igreja em afirmar sobre a impureza e imperfeição feminina colocada em voga pelo *Martelo das feiticeiras*, precisamos analisar o contexto no qual se encontrava: o momento da caça às bruxas foi marcado por inúmeras mudanças sociais na Europa. Nesse período, na Europa, havia muitas guerras, cruzadas, pragas e revoltas camponesas. Assim, buscavam-se culpados para tudo isso. Desse modo, a Igreja achou motivos para começar a perseguição contra consideradas bruxas.

Assim sendo, o Papa Inocêncio VIII nomeou dois dominicanos, Heinrich Kramer e James Sprenger, para julgar feiticeiras na Alemanha. Logo, a emissão da Bula Papal serviu como legitimação para que se escrevesse *O martelo das feiticeiras*. De acordo com Macedo (2002, p. 17), esse documento se configurava como “a mais importante obra sobre demonologia da história [...] fonte de inspiração para todos os tratados posteriores”. Publicada em 1484, a obra serviu de guia que instrumentalizava os repressores para reconhecer, capturar e punir mulheres consideradas bruxas. O manual servia como livro de cabeceira dos juízes seculares e da Inquisição Católica. Segundo Portela (2017, p. 254), “o manual foi frequentemente citado em atas de julgamentos de bruxas nas regiões da Alemanha, Grã-Bretanha, Península Itálica, Reinos Germânicos e Península Ibérica ao longo dos séculos XV, XVI e XVII”.

### 3. DISCURSOS SOBRE O FEMINICÍDIO NA MÍDIA DIGITAL

No presente capítulo, demonstraremos os fenômenos e/ou mecanismos linguísticos identificados no *corpus* que auxiliam na atualização de uma memória discursiva. Esses fenômenos podem ser comprovados pelas teorias já detalhadas na seção relacionada à fundamentação teórico-metodológica deste estudo. Para tanto, organizamos a análise a partir de uma leitura de notícias, conceitos e dados estatísticos relacionados ao feminicídio. Frente a isso, traremos uma breve descrição das maneiras de ver o feminicídio na contemporaneidade, em especial na mídia, na versão *on-line* do jornal *Folha de S. Paulo*, tendo em vista que se trata de um veículo de grande circulação. Logo, a intenção será compreender como o feminicídio aparece em matérias repercutidas nesse suporte.

#### 3.1 Novas maneiras de ver e sentir nas sociedades contemporâneas

Discutir sobre a desconstrução da naturalização dos papéis sociais remete-se às novas maneiras de ver na sociedade contemporânea, tendo em vista que as concepções vigentes na era medieval sobre a inferiorização da mulher, a qual recebeu reforços e legitimidade através do discurso da Igreja, fizeram com que os abusos de poder do sexo masculino aumentassem, ocasionando uma forte instabilidade nas relações de gênero. Dessa forma, os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens, nessa perspectiva, têm premissas políticas, psicológicas, econômicas e culturais que consolidaram condutas historicizadas como se fossem naturais.

Violências têm alcances globais, mas os seus efeitos são sentidos de modos diferentes nos diversos locais em que emergem a depender das condições que os grupos sociais possuem, o que certamente torna o feminicídio marcado por questões de classe, raça e gênero que precisam ser consideradas. A violência afeta todos os grupos da sociedade, isso inclui pessoas das mais variadas classes sociais. No entanto, sem dúvidas, as pessoas que mais são atingidas e sofrem mais com as consequências são as populações vulneráveis, como as de mulheres negras, mães solo, indígenas, moradores de comunidades periféricas e pessoas em situação de rua. Assim, a violência tem uma performance marcada por diferenças locais que tem a ver com classe social, raça e gênero. Conforme mostra Butler (2015), vidas de uns parecem valer mais do que de outros.

A temática deste estudo foi escolhida porque a mulher tem sido alvo de constantes discursos agressivos e de práticas violentas, como foi o caso da vereadora Marielle Franco. É crucial compreender como se constituem os discursos de empoderamento e de resistência em

resposta a discursos opostos, preconceituosos e opressores. O discurso, como categoria autônoma, circula cada vez mais. Portanto, questiona-se o porquê dos discursos de Marielle Franco, pelo fato de defenderem os grupos minoritários, terem incomodado tanto um grupo social (anônimo talvez) a ponto de ela ser executada brutalmente. É importante destacarmos que os enunciados e/ou discursos compartilhados por Marielle não são o foco deste estudo, mas que não poderiam ficar de fora dessa temática, tendo em vista a tamanha visibilidade que a sua morte ganhou.

Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga, feminista, defensora dos direitos humanos e política brasileira. "Cria da favela", como ela mesmo gostava de se defender. Nascida no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1979, foi eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) vereadora da câmara municipal do Rio de Janeiro. Aos 38 anos, no dia 14 de março de 2018, Marielle foi violentamente assassinada a tiros no bairro Estácio, no Centro do Rio de Janeiro. O motorista Anderson Pedro M. Gomes, que dirigia o veículo onde ela estava, também morreu. Marielle voltava de um evento chamado "Jovens Negras Movendo Estruturas", no bairro da Lapa. Eis um trecho de um discurso escrito por Marielle:

O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo. Os números são assustadores: em 2016, foi registrada uma violência contra mulher a cada 5 horas no Estado do Rio de Janeiro. Mas também sabemos que estes números são apenas de parte das mulheres que conseguiram, de algum modo, buscar auxílio e denunciar. E eu pergunto a vocês: seguiremos nos recusando a falar sobre igualdade de gênero? Até quando? O debate sobre a nossa igualdade é urgente no mundo, no Brasil e no município do Rio de Janeiro! Enfrentar este debate é nos comprometermos com a democracia e com nosso avanço civilizatório.<sup>2</sup>

A fala de Marielle revela um gesto de busca pela democracia e pela paz por meio de um engajamento político que deve acontecer por parte das mulheres. Ela convoca as mulheres para se engajarem nas lutas e demandas da sociedade. Os sentidos discursivos do feminismo são mobilizados pela ex-vereadora, os quais servem de apoio para argumentar essa necessidade das mulheres se engajarem nos problemas do mundo, para que haja mudanças ou rupturas com os padrões culturais e sociais impostos pela dominação masculina e que essa visão seja ressignificada. A partir dessa convocação ou reivindicação, aflora uma mulher agente, que possibilita, através de seu poder, a inserção de mais mulheres nas esferas públicas ou/e políticas. A tonalidade da voz de Marielle é provocante. Assim, a ex-vereadora constrói

---

<sup>2</sup> Texto escrito pela ex-vereadora do PSOL, Marielle Francisco da Silva, um discurso que havia preparado para ser lido na votação do Plano Municipal de Educação do Rio e foi lido no plenário pelo vereador Tarcísio Motta (PSOL). Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/blog/discurso-de-marielle-na-votacao-do-plano-municipal-de-educacao-em-2018>>. Acesso em 15. Jun. 2022.

para si uma imagem de comprometimento, de alguém de cunho político e social que se preocupa não só com seu *status* de vereadora, mas de uma ativista que busca pela defesa dos direitos humanos.

Assim, os grupos feministas surgem, nesse contexto, com o intuito de denunciar a violência contra as mulheres, fato social misógino, a fim de que esses acontecimentos não sejam suavizados pelos conglomerados de mídia, sendo tratados com uma abordagem sensacionalista. Isso se justifica pelo fato de o jornalismo das grandes instituições midiáticas se configurar como base estratégica no que diz respeito aos avanços nas políticas públicas e, também, na disseminação de dados que incitem o combate à violência contra as mulheres.

### 3.2 Modos de enunciar o feminicídio na mídia digital

Vivemos em um país onde o alastramento da violência contra as mulheres é preocupante. Os dados estatísticos evidenciam, cada vez mais, que, no cenário atual brasileiro, o crime feminicídio cresce frequentemente na imprensa em relação às notícias acerca da violência na esfera nacional e internacional. Logo, buscaremos aqui refletir sobre a utilização do termo tipificador do referido crime, em publicações jornalísticas. Ao pensar que as agressões aos direitos e à vida das mulheres são acrescentadas de maneira ameaçadora pela discriminação sexista, pelo alastramento de ataques contra a classe trabalhadora de todos povos e nações, percebemos que essas pessoas partilham de um sofrimento coletivo imensurável. Por mais que haja uma luta incessante para romper com esse cenário, isso ainda se faz presente de modo ameaçador.

Segundo Russel e Caputti (1992 *apud* PASINATO, 2011, p. 2), "feminicídio está no ponto mais extremo do contínuo de terror anti-feminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos". Dessa forma, todo assassinato de uma mulher pelo simples fato de ser mulher se configura como feminicídio. É um fato antigo, porém foi silenciado por muito tempo. Em meio aos movimentos feministas surgiu a conceituação de feminicídio, utilizado pela primeira vez por Diana Russel, na versão inglesa *femicide*, no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, nos anos 1970, na Bélgica. Como conceito, Russel (1992) deu ao termo um sentido político, relacionando-se à incitação misógina do assassinato de mulheres. Logo, com o passar do tempo, essa noção obteve uma conotação teórica, com tradução para outros idiomas e adquirindo outras proporções. Conforme o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (2013),

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a

mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

O feminicídio entrou no Código Penal brasileiro, no art. 121, inciso §2º, que o trata como homicídio qualificado. A Lei nº 13.104/15 originou-se a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM), que analisou a violência contra as mulheres nos entes federativos, entre março de 2012 e julho de 2013. Optou-se para essa nova etapa da pesquisa, a versão *on-line* do jornal *Folha de S. Paulo*. O preterimento justifica-se em virtude de quatro parâmetros: 1) veículo propagador de ideias; 2) formador de opinião; 3) difusor de conteúdo e 4) de grande circulação nacional. Nesse sentido, o jornal *Folha de S. Paulo* ganha posição de destaque, já que se trata de uma instituição que recebe atenção do meio acadêmico científico. Logo, a intenção é de compreender como o feminicídio aparece em matérias repercutidas por esse veículo.

A seleção dos recortes foi organizada da seguinte maneira: levantamento de dados da imprensa sobre assassinato de mulheres, feminicídio, tomando como marco temporal janeiro de 2011 – janeiro de 2022. As notícias estão organizadas em pastas, obedecendo a uma ordem cronológica. A primeira notícia na *Folha de São Paulo* com o termo feminicídio – “jornalista mexicana vira asilada política na Espanha” – foi publicada dia 05 de julho de 2011. Trata-se de uma informação relativamente antiga, mas que ainda é tratada como um caso de feminicídio recente, visto que, antes de 2011, não há nenhuma notícia publicada no portal com o termo em questão.

No *Dossiê Feminicídio*, do Instituto Patrícia Galvão (2016), o papel da imprensa é exposto como tático, uma vez que colabora na criação de opinião pública e, também, configura-se como um meio de pressionar a construção de políticas públicas. A denominação do crime de feminicídio é primordial, conforme o *Dossiê Feminicídio* (2016), que evidencia o posicionamento da juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Marisa Fabiane Lopes Rodrigues (2016):

Sem dúvida, tudo o que for veiculado na imprensa, respeitadas as regras processuais, poderá ser usado no plenário do júri, tanto para beneficiar quanto para prejudicar a defesa do réu. Considerando que o plenário do júri é a ‘arena da palavra’, os jurados podem ser influenciados pelo profissional que tiver a melhor performance na apresentação dos seus argumentos, aí incluídas as matérias jornalísticas.

Recorrer ao uso de sinônimos para evitar a redundância, a cacofonia e outros ruídos da língua portuguesa é um artifício constante no âmbito jornalístico. No entanto, o vocábulo

feminicídio exerce uma atribuição tipificadora do assassinato de mulheres, sob condições específicas. Dessa forma, não é aconselhável substituir o termo tipificador, tendo em vista que a opção por outros termos é considerada insuficiente no que tange a qualificação desse crime. Assim, utilizar sinônimos significa amenizar a gravidade do crime ou até romantizar uma crueldade. Portanto, após a sanção da lei que tipifica o feminicídio, é pertinente averiguar a adesão do vocábulo na cobertura jornalística de um veículo de grande circulação nacional, a fim de entender a mensagem instituída e transmitida ao público.

Três notícias foram selecionadas no site da *Folha de São Paulo* para constituir a série de formulações linguísticas para análise. A primeira notícia selecionada, *Brasil é condenado por feminicídio em decisão pioneira de corte internacional*<sup>3</sup>, publicada no dia vinte e cinco de novembro de 2021, por Anna Virginia Balloussier, contém textos verbais e imagens em seu interior. A referida notícia refere-se a um desfecho judicial considerado histórico, uma vez que o país, enquanto aparelho estatal, não havia, em nenhum momento, sido condenado por feminicídio anteriormente. Segundo a notícia, o assassino se considerava inocente, além de mencionar que na época do ocorrido, muitas reportagens sobre o episódio criaram e reproduziram uma versão estereotipada da moça pobre do interior, com histórico de viciada em drogas, e esse estereótipo construído pela mídia foi utilizado para negar a autoria do homicídio. Desse modo, a memória de uma época em que as mulheres foram vistas como perigosas e estereotipadas acaba sendo retomada.

O Brasil foi julgado por feminicídio e perdeu: a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu, em decisão pioneira, a responsabilidade internacional do Estado pelo assassinato de Márcia Barbosa de Souza 23 anos atrás. No dia 17 de junho de 1998, por volta das 19h, Márcia recebeu um telefonema de seu algoz. Chegara havia pouco tempo em João Pessoa. Aécio Pereira da Lima, então deputado estadual pelo PFL (atual DEM) local, queria encontrá-la. Pouco depois, estavam juntos num motel. Na manhã seguinte, um pedestre viu alguém tirar um corpo de dentro de um veículo, num terreno baldio em um bairro da capital paraibana. Era Márcia. A autópsia apontou asfixia por sufocamento como causa da morte, precedida por espancamento. O tribunal se debruça sobre esse ponto. Resgata posições que tomou no passado, "sobre a importância de reconhecer, visibilizar e rejeitar os estereótipos de gênero através dos quais, em casos de violência contra a mulher, as vítimas são assimiladas, por exemplo, ao perfil de um membro de gangue e/ou uma prostituta e/ou uma 'qualquer', e não são consideradas suficientemente importantes para ser investigados, outrossim fazendo da mulher responsável ou merecedora de ter sido atacada" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

De acordo com as formulações linguísticas que compõem a notícia, no Tribunal do Júri, o advogado de Aécio pediu para anexar nos autos do processo mais de 150 páginas de artigos de jornais que mencionavam overdose e suspeita de suicídio de Márcia, para que sua

<sup>3</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/brasil-e-condenado-por-feminicidio-em-decisao-pioneira-de-corte-internacional.shtml>

imagem fosse afetada. Assim, como na maioria dos casos, a vítima é vista como culpada. O defensor de Aécio descreveu a vítima como uma prostituta e Aécio como o pai de família, que se deixou levar pelos encantos de uma jovem e que, em um momento de raiva, teria cometido um erro. Além disso, há formulações na notícia que se referem ao alastramento da violência, por meio de menção do discurso defendido por mulheres em manifestações, a maior epidemia do Brasil é o feminicídio.

A segunda notícia selecionada foi *Estupro de mulheres e feminicídio são escondidos pela imprensa patriarcal*<sup>4</sup>, publicada no dia sete de outubro de 2021, escrita por Djamila Ribeiro, uma das principais vozes dos movimentos negro e feminista. A notícia refere-se a um caso de feminicídio, em que uma mulher foi executada pelo fato de ser mulher, ou seja, por pertencer a um grupo que está à margem da sociedade, e, não obstante, é executada e silenciada. Faz-se necessário, portanto, confirmar que, mesmo havendo uma sociedade dita livre de padrões sociais e culturais patriarcais, é imprescindível reafirmar que se trata de um país de genocídio de mulheres. Em busca na web sobre o caso, em várias reportagens, percebemos a ênfase de que a vítima havia sido estrangulada após ter mantido relações sexuais. O discurso da misoginia é retomado e está materializado em muitos meios midiáticos.

Gostaria de escrever sobre Joice Maria da Glória Rodrigues, 25 anos de idade, que desapareceu na segunda-feira, 27 de setembro, em São Vicente, no litoral de São Paulo. O último sinal de vida foi uma mensagem que mandou ao marido, pedindo para que fosse buscá-la no ponto de ônibus. Ela tinha ido visitar sua avó e estava voltando para casa. Vinte minutos depois da mensagem ser enviada, Joice não atendia mais o telefone.

As buscas foram intensas, empreendidas pela família e pelo marido, determinados a encontrá-la. Era uma conduta estranha, que nunca havia acontecido. A família pediu informações e pistas em diversas mídias durante os dias que se seguiram. Consultaram as câmeras de monitoramento do VLT para tentar entender o ocorrido. Percorreram a região da casa da avó, fizeram buscas dia e noite. Nessa terça-feira, 5 de outubro, veio a notícia: Joice Rodrigues foi morta por asfixia e concretada na parede por um pedreiro e um comparsa. Eles trabalhavam numa obra perto do local e, após a polícia perguntar se havia um local recém-concretado, o proprietário, dias depois, desconfiou de um acabamento, abriu e a encontrou (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

A terceira notícia selecionada, publicada no dia sete de março de 2021, por Renata Gil, Juíza de direito e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), intitulada *Basta de feminicídio*<sup>5</sup> discorre sobre o crime de feminicídio e suas características, bem como apresenta dados estatísticos e uma proposta de projeto de lei denominado “Pacote basta”. Os efeitos de sentido produzidos por essa notícia se relacionam à tentativa de interrupção do ciclo

<sup>4</sup><https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2021/10/estupro-de-mulheres-e-femicidio-sao-escondidos-por-midia-patriarcal.shtml>

<sup>5</sup><https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/03/basta-de-femicidio.shtml>

de violência contra mulheres, uma vez que os criminosos confiam cegamente na ineficácia do Estado. O sujeito escritora da notícia fala a partir do lugar de mulher e juíza atuante na luta por direitos das mulheres. Os sentidos linguístico-discursivos presentes em seu dizer consistem na construção de uma coletividade para as mulheres. É indispensável a inserção de mais mulheres nas esferas públicas ou/e políticas para romper com essas visões, cujas lentes são de uma ordem social falocêntrica.

Atrás de todo feminicídio revela-se uma história de terror milhares de vezes repetida. A execução é só o desfecho de uma barbaridade progressiva. Antes, as vítimas foram ameaçadas, constrangidas, humilhadas, manipuladas, isoladas, vigiadas, chantageadas, ridicularizadas e limitadas no direito de ir e vir. Indignados com essa realidade, juízas e juízes reunidos na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) apresentamos ao Congresso Nacional o “Pacote Basta”. É uma lista de providências urgentíssimas para lidar com todo o contexto da violência contra a mulher e alcançar efetividade na prevenção ao feminicídio. É preciso punir, de forma rigorosa, o cometimento do crime. Mas, sobretudo, impedi-lo. Propomos criminalizar a violência psicológica contra a mulher e a perseguição (“stalking”). O projeto (PL 741/2021) foi protocolado pelas deputadas Soraya Santos (PL-RJ) e Margarete Coelho (PP-PI) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Além das notícias, vale registrar neste estudo, um dos gritos de ordem ecoados pelo movimento feminista, “somos as netas das bruxas que eles não conseguiram queimar”. Essas mulheres tiveram seus conhecimentos e forças renegados pelos homens brancos e poderosos, organizados na política, na religião e em todas as esferas da sociedade. Essa formulação linguística, ou grito utilizado nas marchas, serve para confrontar os dogmas patriarcais da sociedade. Um enunciado produzido por um enunciador que começou a circular com um sentido diferente daquele em que ele existiria, prototipicamente, ligado à bruxaria. Esse é um dos gritos de ordem ecoados pelo movimento feminista, que reconhece nas bruxas a luta das mulheres através do tempo. Todas elas, sob o julgamento de bruxaria, foram exterminadas por uma instituição machista e dominadora. Ser feminista, hoje, ainda significa confrontar e resistir aos dogmas patriarcais da sociedade. As mulheres ressignificaram a partir de uma retomada de memória relacionada a um acontecimento histórico.

### **3.3 Práticas discursivas em (des)continuidades**

Conforme Foucault (2009, p.52) “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas”. Assim, o sujeito consolida-se na inconstância e na incerteza. Para Foucault, as mudanças históricas se configuram como um processo marcado pela descontinuidade de modo que todos sujeitos estão enredados. De acordo com Maria do Rosário Gregolin (2004, p. 86), “trata-se, enfim, de afastar aquilo que sempre manteve vivo o sujeito e que garantiu a

infinita continuidade do discurso”. Dessa maneira, a premissa da descontinuidade impõe o rastreio de acontecimentos como discursivamente produzidos. Assim, as relações sociais e os enunciados que delas derivam são colocados em movimento pelo próprio discurso. Dessa forma, são históricas, concretas e políticas, tendo em vista que a linguagem também é uma elaboração social.

Segundo Orlandi (2015), como o discurso é designado como prática social, ele se constrói sempre em razão das relações de poder que o sustenta. Logo, o condicionamento entre as práticas discursivas e não discursivas torna-se duplicado e mútuo. Conforme reiterado em tópicos anteriores, a linguagem não é neutra, ela é impregnada de sentido e significado. Qualquer atividade discursiva realiza-se por meio de textos, sejam eles verbais e/ou não verbais. A produção destes decorrerá da prática comunicativa que se cria, obedecendo a princípios discursivos. Nessa perspectiva, o sentido do discurso torna-se visível por meio da interpretação. Ela leva em conta a relação com o social, o histórico e a cultura. Por essa razão, o discurso é carregado de ideologia e, ao interpretá-lo, é possível verificar quais são as memórias discursivas que estão atualizadas em sua materialidade.

Para Pêcheux (2009), na sociedade contemporânea, sujeito e sentido se formam e são atingidos pelos efeitos elaborados pela sua circulação, associando-se ao modo que se dá essa circulação. Desse modo, pensar na concepção de sujeito é remeter-se a quem fala e quem tem o direito de enunciar determinado discurso. Assim, quando se analisa o discurso, o sujeito deve ser interpretado como uma posição vazia que pode ser apropriada por qualquer indivíduo, uma vez que o sujeito na AD não é um sujeito em si. O sujeito, portanto, não diz respeito ao indivíduo ou sujeito empírico, e sim ao sujeito do discurso que é constituído pela linguagem, devidamente interpelado pela ideologia, pela história, pela exterioridade e o social.

Assim, é possível constatar que através do passado compreende-se o presente. Diante das análises desenvolvidas, observou-se como memórias são, discursivamente, atualizadas principalmente a partir dos acontecimentos que foram retomados e transformados nas materialidades que analisamos: caça às bruxas e a contemporaneidade. Tudo isso a partir de um acontecimento histórico e discursivo de violência contra as mulheres.

É enorme o potencial de propagação de enunciados produzidos nos meios de comunicação. Assim sendo, esse fator pode impulsionar positiva ou negativamente as ações de combate à violência contra a mulher e ao feminicídio. Nessa perspectiva, é imprescindível verificar a responsabilidade do conteúdo produzido, do discurso socialmente disseminado e as sérias consequências. Assim, as notícias sobre feminicídio, analisadas nesse estudo, são materialidades que atualizam uma memória de exclusão, punição e preconceito contra as

mulheres identificadas desde a época da caça às bruxas, o que foi visto através de *O martelo das feiticeiras*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu compreender a discursivização do termo feminicídio a partir de casos reais repercutidos na mídia digital na atualidade, a fim de estabelecer uma relação com o discurso da inferiorização feminina ao longo do século XV, presentificado no documento *O martelo das feitiças*. Com isso, observamos como memórias são discursivamente atualizadas. Depreendemos que *O martelo das feitiças*, lido a partir de uma perspectiva ou abordagem discursiva, favorece o entendimento e aprofundamento sobre o período da caça às bruxas e sobre a continuidade e mudanças dos discursos que alimentam os estereótipos de inferiorização da mulher.

Com isso, a hipótese da pesquisa é a de que o significante feminicídio é recente, mas o seu discurso não: ele atualiza uma memória que se confirmou pelo fato de que tais práticas de violência contra a mulher, no século XV, são as mesmas da atualidade. Assim sendo, foi possível observar depois desse percurso como a memória atualiza discursos, as produções de sentido, as posições de sujeito, e como esse sujeito é retratado nos veículos de comunicação. Os resultados esperados da pesquisa foram alcançados, tendo em vista que o objetivo era analisar o discurso de misoginia materializado no livro *O martelo das feitiças*, na época da caça às bruxas, e visualizar a forma como esse discurso aparece na atualidade, ou seja, a forma que está materializado o feminicídio na mídia brasileira.

Sendo assim, violências têm alcances globais, mas os seus efeitos são sentidos de modos diferentes nos diversos locais em que emergem a depender das condições que os grupos sociais possuem. Assim, a violência tem uma performance marcada por diferenças locais que se relacionam à classe social, à raça e ao gênero. Essa perspectiva pode ser aprofundada em estudos futuros. Diante das análises que desenvolvemos, observamos como memórias são discursivamente atualizadas, especialmente a partir dos acontecimentos que foram retomados e transformados nas materialidades que estudamos. Tudo isso a partir de acontecimentos históricos e discursivos de violência contra as mulheres. Destarte, essa prática misógina decorrente do contexto da caça às bruxas contra as mulheres não ficará no esquecimento. Pelo contrário, por este breve estudo, percebemos como as lutas e resistências estão se tornando mais fortes e contundentes.

## REFERÊNCIAS

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Brasil é condenado por feminicídio em decisão pioneira de corte internacional. **Folha de São Paulo**, 27 nov. 2021. FolhaJus. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/brasil-e-condenado-por-feminicidio-em-decisao-pioneira-de-corte-internacional.shtml>> . Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de março de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BUTLER, Judith. (2015). **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CAPUTI, Jane; RUSSEL, Diana E. H. Femicide: sexist terrorism against women. In: \_\_\_\_\_. **Femicídio: la política de matar mujeres**. Nueva York: Twayne, 1992.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**. Derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GIL, Renata. Basta de feminicídio. **Folha de São Paulo**, 07 mar. 2021. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/03/basta-de-feminicidio.shtml>> . Acesso em: 01 jul. 2021.

GREGOLIN, Maria do Rosario. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**. São Carlos: Editora Claraluz, 2004.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as Mulheres**, 2015. Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Feminicídio**, 2016. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. 19 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2007.

MACEDO, José Rivair. Representações e modelos femininos. In: MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para uma análise do discurso na França**. In: gestos de Leitura. Campinas-SP: UNICAMP, 1997.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (org). 4ª ed. Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras. São Paulo: Cortez, 2004.

NADER, Maria Beatriz. **A mulher e as transformações sociais do século XX: a virada histórica do destino feminino**. Revista de História da UFES. Vitória, n. 7, 1998.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser Mulher na Idade Média**. Textos de História, Brasília, v. 5, p. 82-91, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5807/4813>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, Dec. 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. Papel da memória. Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999.

\_\_\_\_\_, Michel. [1983] **A análise de discurso: três épocas**. In: GADET, F.; HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas: UNICAMP, 1990, pp. 311-318.

\_\_\_\_\_, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-1969)**. In: GADET Françoise; HAK, Tony (Org.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010. p. 59-158.

\_\_\_\_\_, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PORTELA, Ludmila Noeme Santos. **O Malleus Maleficarum e o discurso cristão ocidental contrário à bruxaria e ao feminino no século XV**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, Djamila. Estupro de mulheres e feminicídio são escondidos pela imprensa patriarcal. **Folha de São Paulo**, 07 out. 2021. Feminicídio. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2021/10/estupro-de-mulheres-e-femicidio-sao-escondidos-por-midia-patriarcal.shtml>> . Acesso em: 01 jul. 2021.

